

**A alfabetização de crianças da escola para vida: a avaliação SAESE e SAEB sobre a iniciação da leitura e da escrita no estado de Sergipe**

**Literacy of children from school to life: the SAESE and SAEB assessment on the initiation of reading and writing in the state of Sergipe**

**La alfabetización de los niños de la escuela para la vida: I valuación SAESE y SAEB sobre la iniciación de la lectura y la escritura en el estado de Sergipe**

*Suzana Mary de Andrade Nunes<sup>1</sup>*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17954>

**Resumo:** Neste estudo, pretende-se analisar e estabelecer conexões entre o SAESE, SAEB e Censo Escolar, a fim de realizar um estudo qualitativo dos seus indicadores entre o período de 2021 a 2024. Para tal, reflete-se sobre as questões históricas que alicerçam a discriminação e o preconceito por entender que os impactos decorrentes da cultura estão representados nos resultados das avaliações locais e nacionais dos diferentes estados da federação. Nesse sentido, parte-se do entendimento que a escolarização das crianças em anos iniciais deve levar em consideração aos contextos sociais, históricos e políticos, de modo que as políticas educacionais de um currículo comum não reforcem as desigualdades, ao contrário, fortaleçam o princípio democrático da equidade regional e nacional.

**Palavras-chave:** Avaliações educacionais SAESE, SAEB e Censo Escolar. Discriminação e preconceitos regionais. Alfabetização no estado de Sergipe.

**Abstract:** This study aims to analyze and establish connections between SAESE, SAEB and the School Census, in order to carry out a qualitative study of their indicators between 2021 and 2024. To this end, we reflect on the historical issues that underpin discrimination and prejudice, understanding that the impacts resulting from culture are represented in the results of local and national assessments of the different states of the federation. In this sense, we start from the understanding that the schooling of children in the early years must take into account social, historical and political contexts, so that the educational policies of a common curriculum do not reinforce inequalities, but rather strengthen the democratic principle of regional and national equity.

**Keywords:** SAESE, SAEB and School Census educational assessments. Discrimination and regional prejudices. Literacy in the state of Sergipe.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1165-8951>. Contato: [suzana@academico.ufs.br](mailto:suzana@academico.ufs.br).

**Resumen:** En este estudio nos proponemos analizar y establecer conexiones entre SAESE, SAEB y Censo Escolar, con el fin de realizar un estudio cualitativo de sus indicadores entre el período 2021 y 2024. Para ello, reflexionamos sobre las cuestiones históricas que sustentan la discriminación y prejuicios al entender que los impactos provenientes de la cultura están representados en los resultados de las evaluaciones locales y nacionales de los diferentes estados de la federación. En este sentido, se parte del entendimiento de que la escolarización de los niños en los primeros años debe tener en cuenta los contextos sociales, históricos y políticos, para que las políticas educativas de un currículo común no refuercen las desigualdades, al contrario, Fortalecer el principio democrático de equidad regional y nacional.

**Palabras clave:** Evaluaciones educativas SAESE, SAEB y Censo Escolar. Discriminación y prejuicios regionales. Alfabetización en el estado de Sergipe.

## 1 APRESENTAÇÃO

Os indicadores sobre a alfabetização no Brasil têm suscitado debates em volta das políticas públicas educacionais que devem ser implementadas com o objetivo de alcançar resultados equiparados aos dos países que expressam práticas pedagógicas eficazes<sup>2</sup> em diferentes níveis da educação básica, de modo que o indicador 6,0 da escala de 1 a 10 das avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) respalde a qualidade educacional segundo os parâmetros estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial, entre outras agências internacionais.

O ponto de partida, deste estudo, ressalta que um bom começo da formação escolar é decisivo para que todo processo ocorra sem grandes atropelos ou de maneira que corresponda às expectativas da comunidade educacional. A princípio, o debate se impõe a partir da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 2024, no qual divulga que a região Nordeste tem o maior índice de analfabetismo no Brasil (IBGE, 2022). Soma-se a isso, os resultados do Censo Escolar de 2023, coletados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), ao revelar que somente 56% das crianças são alfabetizadas na idade certa. (Censo Escolar, 2023).

Diante do exposto, pretende-se analisar qualitativamente os indicadores das avaliações do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Sergipe (SAESE) desde o período da Pandemia em conexão com o SAEB o Censo Escolar de 2023. Correlatadamente, reflete-se sobre os impactos do preconceito e discriminação regional que o nordestino é historicamente penalizado por entender que são arquétipos culturais construídos secularmente aderentes em contextos sociais, históricos e políticos recentes.

---

<sup>2</sup> Schmidt (2018).



Estes dados desenham, portanto, uma questão histórica e social transgeracional dos brasileiros e brasileiras nascidos em terras nordestinas, em condições presentes e um tanto arbitrária, se colocarmos em análise a leitura do cenário de sucesso do estado do Ceará, considerado o melhor nível de proficiência educacional no âmbito nacional, servindo-se de modelo para os demais estados da federação. O que dentro da complexidade e peculiaridade da leitura dos indicadores, a representação paradoxal do estado de Sergipe, um dos estados da região nordeste, fica em último lugar no âmbito regional e o penúltimo no âmbito nacional em proficiência de leitura e escrita, estando apenas à frente de Tocantins, estado da região Norte.

### 1.1 O metaverso do nordestino nos brasis do Brasil: políticas públicas para um projeto de nação

Ao colocar em destaque esses tristes e controversos dados, pode-se levantar questões que se reverberam histórico-socialmente no sentido de que a região Nordeste sempre foi polo de diáspora da sua população para o enriquecimento e desenvolvimento das regiões Sudeste, Sul, Centro-oeste e até mesmo para o Norte. Os nordestinos desesperançados com as restritas oportunidades de sobrevivência deixam sua terra natal para se aventurarem em terras estranhas, submetendo-se à violência da cidade grande, à nítida relação de poder e dominação entre as demais populações dos confederados, às ofertas de trabalho precarizadas e, muitas das vezes, em condições insalubres e inapropriadas à vida humana.

Este retrato que foi e ainda é reeditado captura uma imagem social que é reforçada em políticas públicas implementadas para diferentes regiões, nos interesses políticos e econômico neoliberais, nos restritos e desiguais investimentos e, principalmente, na supremacia da cultura de uma região sobre outra, fortalecendo o preconceito e a discriminação regional na nação brasileira.

Defende-se, de antemão, a criação de uma ação governamental efetiva que venha romper com a cultura 'de sem eira nem beira', por meio do currículo escolar criativo e humanizador no sentido de sensibilizar a comunidade escolar do território brasileiro para o preconceito regional desde a questão linguística a uma visão estereotipada, principalmente, do nordestino na sociedade. A recorrência da imagem em livros didáticos, literatura do nordestino cantadas em prosa e verso, realizando trabalhos precarizados e braçais nas regiões Sudeste e Sul reforçam uma visão preconceituosa de criação



subjetiva do imaginário coletivo, a partir de uma realidade distorcida, restrita e legadas a ossaturas séquitas do povo nordestino.

Se no passado recente, a região Nordeste foi afetada por preconceitos e todas as formas de infâmia e violência simbólica já agravadas pelas políticas públicas discriminatórias do passado ao privilegiar recursos e benefícios de uma região sobre a outra, o que acarretou o desenvolvimento de uma região e o empobrecimento de outra; neste momento histórico, importa a valorização do povo nordestino, inserindo uma política cultural de combate ao preconceito regional com o propósito do nordestino fincar os pés na sua própria origem, a fim de que ele possa mudar a sorte e fatura da sua própria gente.

Para tanto, é necessário direcionar uma formação escolar conjunta à uma campanha nacional midiática de reconhecimento nacional do homem e da mulher nordestinos diferentemente do que é narrado na consagrada obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. Com isso, dar-se-á visibilidade para o Nordeste e suas riquezas culturais, para os indicadores econômicos que elevam as taxas do PIB; para os produtos típicos regionais que abastecem todo território brasileiro; para o patrimônio material e imaterial que geram e enriquecem o povo brasileiro e para a força da mão de obra intelectual e braçal do nordestino.

Parte-se do entendimento que não basta construir escolas ou trazer indústrias para o Nordeste com a finalidade de incrementar a economia, que são medidas importantes, mas não são suficientes. A mudança de uma cultura requer esforço intra, inter e transgeracional. Portanto, para uma criança, filhos e antecedentes de famílias analfabetas, que não trazem na sua filogênese o registro mnemônico da cultura escolar; do discurso e mensagens concretas da importância do ler, escrever, estudar, por meio de um projeto de vida possível para se tornarem “doutores das letras”, criando, assim, novas possibilidades para o eu poético “Senhor Doutor” de Patativa do Assaré:

[...]  
Meu Brasi de Baxo, amigo  
Pra onde é que você vai?  
Nesta vida do mendigo  
Que não tem mãe nem tem pai?  
Não se afrija, nem se afobe,  
O que com o tempo sobe,  
O tempo mesmo derruba;  
Tarvez ainda aconteça  
Que o Brasi de Cima desça  
E o Brasi de Baxo suba. (ASSARÉ, 2008, p. 271-272).

É fundamental a implementação de políticas públicas transversais que ofereçam oportunidades de igualdade que transcendam os discursos atrativos, a fim de que as crianças, jovens e adultos percebam um advir diferente do que a maioria da população nordestina vivencia no seu dia a dia, cujo imaginário social seja desmobilizado, ao passo que é construído o desejo de permanecer na sua região de origem; fazer-lhe encontrar sentido para vencer as dificuldades de se tornar uma pessoa alfabetizada, que quer dizer, uma pessoa leitora, que produz textos escritos e interpreta outros textos.

Noutras palavras, é incorporar a esperança de que é possível alcançar conquistas educacionais ao abraçar as oportunidades oferecidas pelas políticas públicas, por meio de um pacto coletivo entre grandes e pequenos grupos em relação contínua e compromissada com a pessoa brasileira nascida em determinada região do país, sob a visão da diversidade com tantos resultados promissores já alcançados na luta contra os preconceitos e no combate às mentalidades hostis de superioridade sobre os corpos, historicamente, vistos como inferiores, os vulnerabilizados sociais e regionais.

## **2 ÊNFASE NA LEITURA DOS DADOS E SEUS REVERBERAMENTOS SOCIAIS**

Voltando-se aos dados já mencionados, neste artigo, evidencia-se, no Censo Escolar, que 56% das crianças brasileiras não são alfabetizadas, quer dizer, que aproximadamente cerca de 5 de 10 crianças não conseguiram ser alfabetizadas (Censo Escolar, 2023). Agravam o cenário, os registros de 2022 do IBGE ao afirmar que 14.400 milhões de jovens brasileiros não são alfabetizados, o que se instiga uma leitura anterior da UNESCO ao anunciar, em 2015, que 97% das crianças tiveram acesso à escola. Em 2023, o Censo Escolar estima um total de 99, 4%, assim, pode-se concluir que crianças foram para escola, mas não foram iniciados na leitura e na escrita.

Diante desses dados, podem ser sistematizadas categorias que retratam situações diferentes e convergentes: parte de jovens nem estudam e nem trabalham nas cinco regiões brasileiras; outra parte reside na região sul/sudeste, trabalhando em serviços sazonais na colheita do setor agrícola, precarizados e informalizados; a terceira categoria resiste aos impropérios climáticos, acentuando as poucas oportunidades para superar os níveis de pobreza; e, não menos agravante, as inconstâncias e indiferenças do poder público para implementar políticas públicas eficazes com a finalidade de erradicar o analfabetismo no país.



No estado de Sergipe, a construção de escolas foi restringida a níveis alarmantes sem a participação do governo federal. Os gestores públicos municipais e estadual, grosso modo, alugaram casas residenciais para se tornarem creches e escolas de crianças de 0 a 9 anos. Desde a creche, educação infantil, ensino fundamental dos anos iniciais e em etapas subsequentes da educação básica, à medida que as escolas mereciam de reformas urgentes se valiam desse recurso para assegurar o direito à educação dos brasileiros e brasileiras: quartos que se tornam salas de aula; paredes pré-moldadas para aproveitar as áreas abertas e transformá-las em ambientes fechados para se tornarem anexos escolares, suprimindo-as, completamente, a ideia de se tornar um espaço de recreação infantil.

Enfim, armengos e construções adaptadas a fim de que “escolas” funcionem em péssimas condições de trabalho para os profissionais da educação e em condições inapropriadas para uma formação escolar do público infantil ao jovem. Essas pseudoescolas se tornam depósitos de crianças com o objetivo de tirá-las da rua, ao passo que se valem para maquiar os números de acessibilidade escolar, conforme Libâneo (2012) denuncia ao designar de “escolas assistencialistas” destinadas às classes pobres. São verdadeiros cubículos aprisionadores mutiladores de sonhos.

### **3 A QUALIDADE DA LEITURA DOS DADOS E OS PERCURSOS METODOLÓGICOS**

Diante deste olhar analítico sobre as causas evidentes dos resultados dos censos, levanta-se a questão central da sala de aula e do processo de iniciação da leitura e da escrita, sob a perspectiva da formação qualificada (continuada) do professor-alfabetizador. Neste sentido, defende-se que a iniciação da leitura e da escrita requer o estímulo à oralidade como instrumento de comunicação dos conhecimentos adquiridos, de intermediação e de relacionamento entre os interlocutores, e como instrumento de construção de passado, presente e de projeção de futuro.

Para dar consistências aos propósitos de análise, são utilizados os instrumentos da análise do conteúdo de Bardin (1977), por meio dos quais são aplicados sobre os dados quantitativos dos indicadores do SAEB e SAESE produzidos e divulgados pelo INEP, a fim de que a etapa analítica produza significados entretecidos às concepções dos teóricos que embasam este estudo.

Para o desenvolvimento do pensamento, valendo-se dos recursos textuais e dos dados quantitativos que são aportes teóricos da proposição analítico-reflexiva de uma



pesquisa qualitativa, o estudo foi distribuído em três sessões. Na primeira seção, trata-se de de uma leitura sobre as questões sócio históricas do nordestino que incidem sobre o seu pertencimento escolar. Na sessão dois intitulada “Ressonâncias sobre as desigualdades sociais e educacional em diferentes regiões do Brasil”. A sessão três intitulada “Políticas Públicas (des)enredadas com os programas de alfabetização: campo tensionado pelo paradoxo” faz uma leitura das avaliações externas como política pública para acionar ações no sentido de oferecer uma educação pública de qualidade.

É aspecto também decisivo para mudança dos resultados inaceitáveis apresentados pelo IBGE (2022) e pelo Censo Escolar (2023) sobre a alfabetização do Nordeste a visão determinada do gestor público diante das desigualdades entre as regiões e o entendimento da inadmissibilidade deste fato. Por sorte, que o debate se espraia para além dos limites acadêmicos e das possíveis rodas políticas gestoras dos estados nordestinos, (re)clamando uma injeção de recursos e investimentos, a fim de que prevaleça o princípio democrático da equidade regional.

Nas redes que se constituem para o debate com ações práticas, é de bom tom sublinhar os movimentos tímidos individuais que alcançam adesão, constituindo-se movimentos coletivos de pesquisadoras/es da AlfaRede que, por sua vez, produzem e fornecem dados quantitativos e qualitativos a respeito da alfabetização dos entes-federativos das cinco regiões do Brasil no pós-pandemia. Ressalta-se que o foco a Alfa Rede está alinhado à alfabetização de crianças, jovens e adultos em todo território brasileiro.

Santos e Santos (2024) retoma Macedo (2021) ao assinalar o objetivo da AlfaRede no contexto escolar pandêmico:

[...] investigar discursos e práticas de alfabetização que foram produzidas no momento da pandemia e, [...], analisar os desdobramentos da então Política Nacional de Alfabetização com o propósito de contribuir com o fomento da redefinição das políticas de alfabetização. [...] a composição da AlfaRede, sob a coordenação da professora Maria do Socorro Nunes Macedo, na qual 116 (cento e dezesseis) pesquisadores de 32 universidades localizadas em 20 estados distribuídos em todas as regiões do Brasil (Santos; Santos, 2024, p. 25).

Assim, a rede de pesquisadores tem o alcance nacional, de modo que vai se ajustando às necessidades e suplências das adesões posteriores, como é o caso da representante da Universidade Federal de Sergipe, que se sente motivada, primordialmente, de fazer leituras e análises sobre a alfabetização do seu ente federativo neste caleidoscópio regional e nacional. Diante disso, o contingente de pesquisadores vai



sendo ampliado, ao passo que as coberturas do processo ensino-aprendizagem em diferentes eixos temáticos ao nível da alfabetização no período pós-pandemia são referendados em pesquisas nacionais e internacionais.

Os resultados apresentados destacam o agravamento da situação da aprendizagem de crianças em iniciação da leitura e da escrita. É importante salientar que este agravamento é resultado também da ausência de políticas públicas que atentem às demandas da população e aos efeitos negligenciadores de assessoria efetiva na elaboração de políticas que venham, se não suprir as debilidades de um ensino remoto em um contexto de extremo suspense, amenizar a dor do isolamento social. A visão “negacionista” se estendeu na tentativa de sufocar vozes que se uniam historicamente para fortalecer as esperanças de uma alfabetização pública de qualidade.

Em 2015, a UNESCO divulgou que as políticas públicas brasileiras responderam positivamente com a inclusão de 97% da população, em idade escolar, nas escolas brasileiras, o que é um dado bastante satisfatório, apesar de ter alcançado somente dois objetivos dos seis estabelecidos pela agenda internacional de Educação para Todos até 2030, segundo Relatório de Monitoramento Global da EPT 2015 (Nunes; Souza, 2023, p. 91).

Era, portanto, necessárias políticas públicas específicas ao contexto pandêmico como a internet gratuita e a disponibilidade de equipamentos para população pobre e vulnerável do Brasil. O governo da época vetou o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que aiançava o atendimento à educação on-line no período da pandemia do covid-19, agravando exponencialmente o cenário educacional até chegar ao caos, como foi instalado, conseqüentemente, os indicadores caíram de 55% aos somente 36% das crianças alfabetizadas neste período

Macedo e Cardoso (2024) desenham esse quadro desastroso:

De acordo com a tabela acima, 33% apresentaram um nível de conhecimento bom, 13% muito bom e 4% ótimo. Somados, podemos dizer que apenas 50% das crianças em processo de alfabetização apresentaram nível de conhecimento esperado para o ano escolar em que estavam matriculadas sobre a leitura e a escrita, ou seja, quase metade das crianças brasileiras não conseguiu aprender a ler e escrever e/ou desenvolver seus conhecimentos sobre a leitura e a escrita durante a pandemia. (Macedo; Cardoso, 2024, p. 25).

Em abril de 2023, a AlfaRede realizou o II Seminário da AlfaRede, no qual lançou o segundo livro intitulado “Retratos da alfabetização no pós-pandemia: resultados de uma pesquisa em rede” com os dados coletados em 20 estados da federação das cinco regiões brasileiras. A região Nordeste contemplou oito estados, ficando a lacuna da

realidade de Sergipe por falta de um correspondente que o representasse. Na oportunidade, o estado de Sergipe adere ao movimento, efetivamente, cuja proposta inicial é analisar os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE) de 2021/2023, a fim de apresentar os cenários da alfabetização no estado sergipano, ente federativo da região Nordeste do Brasil.

É importante pontuar que, em 2021, ainda em plena pandemia, adepto à restrição de contato físico em virtude dos altos índices de acometimentos e mortes decorrentes do vírus covid-19, foi aplicada a primeira versão da avaliação SAESE, a qual foi publicada em 2021. Em 2023, no período pós-pandêmico, é aplicada a segunda versão do SAESE, cujos resultados apresentam estabilidades, demonstrando que não houve alteração referentes aos indicadores anteriores (Sergipe, 2023).

Além disso, nenhum município do Estado de Sergipe atingiu a média 6,0 da escala do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os dados publicados pelo SAEB de 2021 dos anos do ensino fundamental registraram o indicador 4,8, embora tenha sido o melhor indicador se comparado com as outras etapas da educação básica. É indubitável, a urgente necessidade de implementação e execução de políticas públicas eficazes, de modo que se revertam os números lastimáveis da alfabetização do estado de Sergipe (IBGE, 2022).

Assim, os movimentos de compartilhamento de experiências entre as universidades das cinco regiões do Brasil também são meios de encontrar caminhos que venham contribuir para o entendimento real do quadro específico de Sergipe. Espera-se que as pesquisas realizadas possam servir aos propósitos convergentes da AlfaRede e dos governos federais, estaduais e municipais no sentido de “contribuir com o fomento da redefinição das políticas de alfabetização”, conforme assinala Macedo (2021, p.25). Cabe às universidades assessorar a elaboração de políticas públicas mais assertivas, à medida em que os pontos convirjam e possibilitem um “enredamento” da alfabetização dos estados brasileiros com as demandas da sociedade e das suas especificidades regionais.

## **5 POLÍTICAS PÚBLICAS (DES)ENREDADA COM OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO: PARADOXO E CONTRADIÇÕES**

As avaliações realizadas antes da pandemia do covid-19 apresentaram números do cenário educacional brasileiro extremamente preocupantes. Se esses resultados nos



causavam descontentamento, os estudos realizados pós-pandemia revelam a instalação de uma situação extremamente delicada com o aumento do analfabetismo mundial, segundo mensagem da Diretora Audrey Azulay da UNESCO, no Dia Mundial da Alfabetização, em 2023 (Unesco, 2023).

Países como o Brasil que vinha ainda dando passos cambaleantes diante dos avanços da qualidade educacional com indicadores de 55% de êxito no processo de alfabetização. Em 2021, os indicadores caíram para 36% e em 2023 os indicadores ascendem para 56% de crianças alfabetizadas nos dois primeiros anos do ensino fundamental, segundo publicação do INEP “Indicador Criança Alfabetizada” destaca que subiu 20 pontos percentuais maior do que o SAEB 2021, segundo dados apurados por avaliações estaduais em 2023 (INEP, 2024).

Este dado, aparentemente promissor, não é nada animador por dois fatores gritantes: um percentual elevado de 44% de crianças escolarizadas e não alfabetizadas, uma vez que houve um aumento significativo de acesso escolar de 2015 a 2023, o que corresponde de 97% para 99, 4% (IBGE, 2022). Destaca-se, assim, a ausência de uma política pública do governo anterior que vislumbrasse a possibilidade de continuidade, ao contrário, o que se teve foi uma nítida e escancarada propaganda de desconstrução das políticas públicas anteriores a 2018, o que recaiu diretamente nos rumos da alfabetização, além da brusca inflexão nas ações que estavam sendo executadas, causando assombro e medo do que estava por vir.

É importante ressaltar que as avaliações educacionais têm um papel importante, porém controverso, para consolidação da democracia, quando se tem a educação como a força motriz para promover a igualdade da população. Nesse estudo, destaca-se as avaliações como um instrumento examinador das políticas públicas, assim como de uma política pública com a finalidade de mensurar outras políticas, a fim de promover a melhoria e expansão da qualidade educacional. A partir delas, pode-se analisar, por uma via, como a inclusão de acesso está ocorrendo nas escolas, por outra via, e de maneira controversa, como se tem reforçado a exclusão, declinando a concepção de democratização educacional.

Nunes e Souza (2023) reforçam acerca da rejeição dos professores em serem avaliados institucionalmente, ao mesmo tempo, as constantes críticas a respeito dos resultados sob alegação de que são dados abrangentes e estanques, isto é, sem nenhum desdobramento que justifique os seus custos e a sua vigência, exceto reforçar a visão neoliberal de um serviço público oneroso e improfícuo, enquanto os serviços privados são



menos custosos com resultados avaliativos positivos.

Sordi e Ludke (2009), por outro caminho de reflexão, analisam a problemática das avaliações nas escolas brasileiras e destacam que a avaliação faz parte da cultura escolar. Contudo, falta uma formação do professorado para o que elas designam de “autonomização”<sup>3</sup>, uma vez que o processo de aprendizagem de uma pessoa ou de um coletivo escolar não é responsabilidade exclusiva da equipe pedagógica escolar, ao contrário, é uma prática colaborativa que deve ser dinamizada desde a elaboração e atualização do projeto pedagógico da escola.

Recentemente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em primeira fase, o Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio de 2024 a 2034. Ele se encontra no congresso para análise e sancionamento em sistema de projeto de lei, a fim de seguir os trâmites de implementação. Espera-se que o tema da educação se torne prioridade e de interesse deste grupo difuso com forças exponenciais que demarcam os interesses de bancadas conservadoras e progressistas e que, inegavelmente, determinam o alcance de oportunidades das classes menos abastadas da população brasileira.

Os resultados das avaliações destacaram que a qualidade educacional do Brasil não foi alcançada, uma vez que foram evidenciados níveis de iniciação à leitura e à escrita aquém aos expectados (Sergipe, 2023). Foi instituído pelo governo federal “Compromisso Nacional de Alfabetização”, por meio do Decreto 11.556, que estabelece metas a serem alcançadas em colaboração com os entes estaduais, Distrito Federal e municipais, dentre as quais só poderão ser atingidas se o sistema executor do estado com os entes municipais se comprometerem na execução, de modo que os efeitos de colaboração sejam alcançados pelos docentes, os executores em sala de aula.

Cabe ao ente estadual a cooperação técnica e financeira aos municípios de parceria para alfabetização. A política “Compromisso Nacional de Alfabetização” tem 3 eixos do estado e 5 níveis de proficiência, cuja metodologia aplicada pela avaliação no 2º ano do ensino fundamental dos anos iniciais prevalece o nível 2 e 3, somente o Ceará alcançou o nível 5 estabelecido pelo INEP como nível satisfatório, que, sumariamente, caracteriza o êxito do processo de iniciação da leitura e da escrita.

É a partir dessa constatação dolorosa que se pretende repensar as políticas públicas do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no sentido de promover melhoria da

---

<sup>3</sup> As autoras tecem essa crítica a respeito de um direito adquirido pelo professor, mas que tem limites e precisa ser usado de maneira que privilegie o processo educacional. Elas assinalam que “A autonomia do docente não pode ser confundida com autonomização. Não tem ele a prerrogativa de decidir, por si só, algo que afeta o bem comum e marca o projeto pedagógico da escola” (Sordi; Ludke, 2009, p. 316).



alfabetização no Brasil, tendo como pano de fundo os programas governamentais das primeira e segunda décadas do século XXI, a partir do que foi feito com os resultados das avaliações institucionais do SAEB nos anos de 2019 e 2021, gerenciados e publicados pelo INEP, assim como as expectativas que estão sendo geradas com a publicação do SAEB referentes ao biênio 2022/2023, divulgadas em agosto de 2024.

A retardada adesão do estado de Sergipe com a política implementada pelo Ministério da Educação (MEC) “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, permanecendo atrelado ao programa “Alfabetizar pra Valer” do governo anterior, incorreu em lacunas de uma política de colaboração e liderança com as secretarias dos municípios. Apesar de não ser de responsabilidade do Estado, a educação dos anos iniciais do ensino fundamental é primordial, porque dela são fomentadas as bases da escolarização. Portanto, é fundamental que o governo do estado seja o elo unificador estabelecendo o diálogo com a UNDIME, apontando diretrizes e direcionando estratégias de atuação político-pedagógica, para que sejam consensualizadas políticas que busquem a uniformidades das metas a serem alcançadas.

A propósito, é importante salientar que as avaliações SAESE 2023 utilizou a metodologia da Fundação Cesgranrio, que sistematizou 11 níveis de desempenho com os seus respectivos descritores: o maior quantitativo alcançou o percentual de 17,4% com desempenho de 775 pontos. Nesse descritor, a criança consegue identificar elementos de uma narrativa lida ou escutada, incluindo personagens, enredo, tempo e espaço (campo artístico-literário) (Sergipe, 2023).

O segundo maior percentual tem desempenho de 750 pontos traduzidos em percentual de 16,7%, das crianças têm certa autonomia ler e compreende textos literários de gêneros variados, desenvolvendo o gosto pela leitura (campo artístico-literário). Na sequência, de maior alcance, atingiu-se 14,7% com desempenho de 800 pontos, cuja leitura realça que a criança sabe localizar informações explícitas em textos.

A soma desses três primeiros maiores percentuais de proficiência em língua portuguesa no 2º ano do ensino fundamental atinge o percentual de 48,8% crianças, sendo avaliadas para mensurar quantitativamente o desempenho delas na iniciação da leitura e da escrita. O INEP coletou as avaliações aplicadas pelos entes estaduais e formata os dados que produziram o “Relatório da Criança Alfabetizada”, por meio da publicação do censo escolar 2023.

As avaliações estaduais cedidas ao INEP aferiram o rendimento de 4,6% ao estado de Sergipe, ocupando o penúltimo lugar, ficando somente à frente do indicador do estado



Tocantins como já foi mencionado no início do estudo. É importante que esses indicadores sejam relacionados à média escalonar estabelecida pelo PISA gerenciado pela OCDE, o qual serviu de parâmetro para criação do Índice de Desenvolvimento Educacional do Brasil (IDEB).

Ademais, o processo avaliativo exige uma visão ampla do contexto, do programa governamental combinado com o fundamento teórico-científico, o que, neste estudo, não é nossa proposta imediata, mas, merece debruçar-se nas análises e na efetividade de pautas de debates com a classe política e a sociedade civil por ser um elemento a mais nessa tessitura que constitui o (re)conhecimento do que é um processo de alfabetização e letramento eficazes após a redemocratização, quando a escola passa a ser um espaço para todos e não tão somente um espaço para as crianças brancas e mais abastardas economicamente.

É fundamental que setores da nossa sociedade e instâncias políticas do nosso país despertem desse projeto educacional que busca atender os dois senhores para realmente se aprofundar em políticas públicas com propostas claras e eficientes com as quais projetam-se sonhos possíveis de escolarização iniciada com a alfabetização de crianças, jovens e adultos, ou seja, atendimento de uma demanda social, diga-se de passagem, popular sem ser populista; democrática, com base na formação da pessoa humana, na sociedade e no mercado de trabalho previsto no artigo da carta constitucional.

Uma alfabetização que valorize a disciplina construída entre a autoridade do professor com a liberdade natural da criança nos dois primeiros anos do ensino fundamental; uma iniciação da leitura e da escrita que desenvolva a cognição para uma vida coletiva por meio de práticas pedagógicas que criem a consciência autônoma da cooperação entre as pessoas diferentes e para aqueles que precisam de uma cota maior de benefícios, a fim de que haja a equidade social, conseqüentemente, o fortalecimento dos princípios democráticos.

Mesmo salientando diferentes aspectos, Gontijo (2008) e Soares (2004a) entendem que a alfabetização envolve diversos enfoques os quais, não se excluem, mas ao contrário, pela complexidade do processo que envolve a aprendizagem da leitura e da escrita, é preciso considerar os diferentes campos que estão, de certa forma, envolvidos nesse processo (Nogueira; Lapuente, 2022, p. 120).

É importante entendermos os significados e sentidos que a alteração conceitual e as abordagens que alicerçam as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro e o que acarretou na sala de aula em relação às práticas e estratégias que vinham sido adotados



no sentido de formação do professor, o que, inevitavelmente, trouxeram repercussões no processo de ensino-aprendizagem das crianças em processo de iniciação da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

Com a mudança da política educacional pelo retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, percebem-se os primeiros movimentos de implementação de políticas educacionais mais afinadas às concepções teóricas que defendem uma educação pública de qualidade, apesar de que o sistema de cooperação com as Fundações Lemann, Natura, etc. causa tensionamento entre grupos e associações compostas de pesquisadores que defendem uma educação pública de qualidade.

Após um período de planejamento de ações sucedidas do início da execução do programa “Alfabetizar pra Valer”, cujas ações parecem estar alheias e dormitam a respeito de questões acerca da desigualdade que eclodiram na pandemia, espera-se, portanto, que essas políticas públicas mais alinhadas com a comunidade acadêmica venham trazer resultados mais satisfatórios.

Com isso, é fundamental o sistema de colaboração entre o sistema executor, desde os gestores estaduais até o docente em sala de aula. Assim, se poderá balizar a eficácia das políticas públicas mesmo diante de uma sociedade aguerrida e dividida em duas posições partidárias. Ainda assim, acredita-se que, para além de uma posição política, estão os executores de políticas que as aderem por entender que essa é a lida do docente e o direito da criança ser alfabetizada.

## 5.1 A balança com dois pesos e duas medidas do SAEB e do SAESE

Em 2020, o INEP publicou as avaliações do SAEB divididas em 3 volumes, em que Nunes e Souza (2023) se debruçaram sobre os indicadores do volume 2, dedicado ao 2º ano, cujo resultado reforça o que já como dados extremamente preocupantes. Na época, o estado de Sergipe tinha alcançado 31% de crianças alfabetizadas. Em 2021, houve uma queda para 20% no índice de crianças alfabetizadas. Em 2023, o estado sergipano sobe e retoma ao quantitativo anterior de 31% de crianças alfabetizadas, conforme os dados do SAESE 2023, publicados pelo INEP em maio de 2024 (Sergipe, 2023).

Ao ser Considerada que a média é de 56% das crianças alfabetizadas no Brasil, o estado de Sergipe se encontra 25% abaixo da média total.

É importante esclarecer que os estados do Acre, Roraima e o Distrito Federal não apresentaram resultados de avaliações estaduais, de modo que o penúltimo lugar do



ranque pode ser amenizado. Contudo, causa descontentamento por parte de quem estuda sobre a alfabetização do estado de Sergipe e por admitir que as políticas implementadas pelos governos anteriores e sucedidas por este atual não têm alcançado resultados esperados pela sociedade.

Nunes e Souza (2023) assinalam que o Nordeste ocupava as piores e melhores posições dos resultados SAEB se cruzados com o INSE. O Ceará tinha um dos piores INSE, mas despontava com o melhor resultado nas avaliações desde 2019. Se comparado com as avaliações de 2016, houve uma significativa melhora, no qual reforça a importância das continuidades das políticas públicas exitosas e o compromisso em executá-las com um fim a ser alcançado, embora também tenhamos percebido que se manteve a aliança partidária de governo no estado do Ceará.

Remete-se às leituras do SAESE, ano de 2021, ao evidenciar que 74,7% das crianças não tinham sido alfabetizadas; 19,5% estavam em processo de alfabetização; e 5,7% de alfabetização desejável (Sergipe, 2021). Em 2023, a segunda aplicação do SAESE apresentou um percentual semelhante ao período anterior à pandemia. O relatório do SAESE verificou que 23% das crianças sergipanas que se encontravam no 2º ano do ensino fundamental não tinham sido alfabetizadas; 47,6% se encontravam nos níveis 1 e 2, isto é, estavam no nível que corresponde à alfabetização incompleta; e 27,6% estão no nível de alfabetização desejável.

Dito isso, constata-se que não houve avanços diante das (não) políticas governamentais do estado de Sergipe, apesar de se ter convicção de que a pandemia contribuiu sensivelmente para que esse resultado fosse agravado em virtude da falta de uma política que viesse dar suplência à suspensão das aulas presenciais, de modo que incentivassem o uso das Tecnologias (TDIC)s com oferta gratuita de internet, equipamentos, cursos para aquisição de habilidades tecnológicas associadas às pedagógicas para os docentes; além de distribuição de materiais e recursos didáticos digitalizados, uma vez que não se pode desprezar que as crianças das classes mais abastadas tiveram recursos e acompanhamento pedagógico, por meio de plataformas e bases de dados digitalizados. A questão que se impõe não é o fato das crianças abastadas terem, o que é indefensável é ser negado os mesmos direitos à educação para as crianças das classes menos abastadas, conseqüentemente, e aos estudantes das escolas públicas.

É importante ressaltar que o resultado do censo 2023 e a manchete publicada pelo IBGE 2022, ao destacar que mais da metade das crianças nordestinas não são



alfabetizadas, a exemplo do estado de Sergipe, é uma questão nacional que fere sensivelmente os sergipanos, em especial, a comunidade educacional, mas, eclodem os números e a concepção de um país que não oferece educação de qualidade para os seus cidadãos, formando um contingencial expressivo de subcidadania<sup>4</sup> perambulantes nas ruas das cidades. Por isso, precisa-se analisar, refletir e assessorar na elaboração de políticas com finalidades de equiparação desses quantitativos, para que no futuro possa ser estampada as políticas eficazes para alfabetização no Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar e criar condições para que as políticas públicas educacionais se reverberem e sejam executadas nas salas de aulas de escolas brasileiras requer não somente a sua implementação com propagandas em meios de comunicações, é necessário, no atual quadro de realidade, outras estratégias de comunicação como acionar outros ministérios voltados aos aspectos sociais associados à assessoria de uma rede de especialistas para que sejam forjadas outras mentalidades e culturas para romper a discriminação e o preconceito regional com a valorização das pessoas em suas realidades de origem.

É inegável, a importância das avaliações educacionais, mesmo que elas sejam onerosas e, em contrapartida, tenham resultados abrangentes o que não correspondam à realidade nas suas diferentes nuances de um país de dimensão continental.

Contudo, urge a criação da cultura educacional acerca da importância das avaliações como instrumento de mensuração, a fim de acompanhar a execução, assim como, os impactos das políticas pública educacionais.

É inegável, que os dados apresentados são somente a ponta do iceberg, portanto, os resultados das avaliações tornam-se objeto de análise, imprescindível, para que sirvam de base de conhecimento na assessoria para criação de novas ou na continuidade de execução das políticas públicas subsequentes.

Nesse sentido, vale ressaltar que a execução das políticas públicas se traduz em práticas pedagógicas, em sala de aula e/ou no contexto escolar, no cotidiano das escolas.

A partir delas, percebe-se a urgência de ação governamental, que convirjam os mecanismos de formação e consolidação de uma cultura mais democrática, desde o compartilhamento e produção de conhecimento nas escolas como no cotidiano da vida

---

<sup>4</sup> Nunes (2020).



social.

Colocar luz nas linhas que teceram a herança discriminatória que deu origem ao povo brasileiro, para que as desigualdades não sejam erradicadas, possam elas tornarem-se desafios da geração. Com isso, espera-se que as avaliações venham representar mudanças da realidade democrática nas cinco regiões do nosso país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do resultado do SAEB 2019**. Brasília, DF: INEP, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório dos resultados do SAEB 2017**. Brasília, DF: INEP, 2019. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica/Avaliação Nacional da Alfabetização**. Brasília, DF: INEP, 2017.

MACEDO, Maria. do S. A. N.; CARDOSO, Adelmá. L. J. Condições da Alfabetização no Pós-pandemia no Brasil: resultados de uma pesquisa em rede. *In*: MACEDO, M. do S. A. N. *Et. al (org.)*. **Retratos da alfabetização no pós-pandemia**: resultados de uma pesquisa em rede. Curitiba: CRV, 2024; CRV, 202, p. 19-29.

NOGUEIRA, G. M.; LAPUENTE, J. S. M. Tempo de Aprender: um desserviço para a alfabetização no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, nº16 (Edição Especial), 2022, p. 117-132.

SANTOS, A. C.; SANTOS, J. N., Alfabetização na região nordeste em foco: panorama do retorno pós-pandemia. *In*: MACEDO, Maria. do S. A. N. *Et. al (org.)*. **Retratos da alfabetização no pós-pandemia: resultados de uma pesquisa em rede**. Curitiba: CRV, 2024, p. 49-63.

SERGIPE. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SERGIPE [SAESE]. Sergipe, SAESE, 2023. Disponível em: <https://saese.cesgranrio.org.br/indicadores>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

SERGIPE. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SERGIPE [SAESE]. Sergipe, SAESE, 2021. Disponível em: <https://saese.cesgranrio.org.br/devolucao>. Acesso em: 15 de maio de 2022.



SCHMIDT, J. P. Para estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista de Direito**, Santa Cruz do Sul, vol. 3, n. 56, 2018, p. 119-149.

NUNES, S. M. A.; SOUZA, V. dos R. M. Múltiplas interfaces da iniciação à leitura e à escrita: processo de ensino e de aprendizagem em escolas públicas do estado de Sergipe. **Série-Estudos**, Campo Grande/MS, v. 28, n. 64, set./dez. 2023, p. 89-109.

NUNES, S. M. A. A educação nos anos iniciais das Escolas Fundamentais para subcidadania das ruas. AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (org)s. In: *Argumentação e Discurso: fronteiras e desafios*. São Paulo: **FFLCH/USP**, 2020, p. 322-340.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018. SOARES, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SORDI, M. R. L. de; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação Institucional: aprendizagens necessárias. *Avaliação*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 253-66, jul. 2009.

UNESCO. Educação 2030: declaração de Incheon e Marco de Ação, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, DF: UNESCO, 2016.

